UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

BACHARELADO EM GEOGRAFIA

LETICIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA

A PESPECTIVA DE GÊNERO E OS MULTIPLOS DISCURSOS: UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇAO DOS ESPAÇOS HEGEMÔNICOS NA UNIVERSIDADE

São João Del Rei, 2021

UNIVERSIDADE FEDERA DE SÃO JOÃO DEL REI

GEOGRAFIA BACHAREL

LETICIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA

A PESPECTIVA DE GÊNERO E OS MULTIPLOS DISCURSOS: UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇAO DOS ESPAÇOS HEGEMÔNICOS NA UNIVERSIDADE.

Trabalho de Conclusão de Curso pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de São João del Rei (DEGEO-UFSJ).

Orientador: Dr Ivan Ignacio Pimentel

São João Del Rei, 2021

A PESPECTIVA DE GENERO E OS MULTIPLOS DISCURSOS: UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇAO DOS ESPAÇOS HEGEMONICOS NA UNIVERSIDADE

Relatório final, apresentado a Universidade Federal de São João Del Rei, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

São João Del Rei, 07 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Ivan Ignacio Pimentel (orientador)

Departamento de Geografia - UFSJ

Profª. Dra Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

Instituto Federal do Paraná - IFPR

Profª . Ana Carolina Santos Barbosa

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ)

DEDICATÓRIA

Foram muitos os que atravessaram meu caminho durante toda vida na universidade, todos que conheci deixaram alguma marca. Dedico a todos um pouco de quem me tornei. Em especial, as pessoas essenciais no meu caminho, meus pais e meu irmão que acreditaram sempre nos meus sonhos e me deram todo apoio nessa trajetória. Aos meus tios Aline e Rafael por me ajudarem a dar os primeiros passos por São João na busca por um lugar para chamar de meu. Aos meus avós e a toda minha família que torceu sempre por mim. A Gisa que foi por dois anos uma companheira de casa e uma inspiração. Ao bonde das sete maravilhas, meus grandes amigos que espero ter por toda vida, as almas mais incríveis que me completaram e deram todo apoio e amizade para enfrentar juntos a jornada da universidade, não estaria aqui sem vocês, nossos anos juntos foram um presente, o melhor de todos. A república ablinha, que me acolheu, me incentivou e esteve do meu lado durante o louco processo da pesquisa, que aturaram meus surtos, ouviram minhas ideias e sempre torceram por mim. Ao meu incrível orientador que mais do que me apresentar ao mundo da pesquisa, me mostrou o quanto é possível ser feliz e realizada, me ensinou mais do que pesquisar, me mostrou um mundo de possibilidades, obrigado pela paciência, carinho e companheirismo.

RESUMO

As múltiplas espacialidades que ocupamos se materializaram a partir de um processo de forças e poder. A partir de uma perspectiva patriarcal e dominante, observa-se que os espaços são construídos e suas formas definidas por aqueles que possuem o poder de delimitar, incluir ou excluir os corpos que por ali transitam. As espacialidades se tornaram um palco em que ocorre disputas por controle, representação e direitos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender como alguns cursos voltados para profissões consideradas “masculinas”, ainda hoje reproduzem espacialidades a partir de olhares hegemônicos. Através de diálogos com alunos/as dos cursos de engenharia da Universidade Federal de São João del-Rei, utilizando a análise de conteúdo, as falas dos nossos interlocutores foram um importe suporte para entendermos como a generificação dos corpos se faz presente no imaginário de diversos atores sociais, reproduzindo normas que violentam e marcam os corpos femininos. Pensar a universidade a partir de um viés plural, universal é uma condição *sine qua non* para a construção de um espaço que considere que desconsidere a ideia do sujeito fixo e compreenda a sociedade como algo múltiplo.

Palavras-chave: Engenharia; Espaço. Gênero; Poder.

ABSTRACT

The multiple spatialities that we occupy have materialized from a process of forces and power. From a patriarchal and dominant perspective, we observe that spaces are constructed and their forms defined by those who have the power to delimit, include, or exclude the bodies that pass through them. Spatialities have become a stage where disputes for control, representation, and rights occur. Thus, this paper aims to understand how some courses aimed at professions considered "masculine" still reproduce spatialities from hegemonic perspectives. Through dialogues with students from engineering courses at the Federal University of São João del-Rei, using content analysis, the speeches of our interlocutors were an important support to understand how the generification of the bodies is present in the imaginary of several social actors, reproducing norms that violate and mark female bodies. Thinking about the university from a plural, universal point of view is a sine qua non condition for the construction of a space that disregards the idea of a fixed subject and understands society as something multiple.

Keywords: Engineering; Space. Gender; Power.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – GRÁFICO 1 22

FIGURA 2 – GRÁFICO 2 34

FIGURA 3 – GRÁFICO 3 34

FIGURA 4 – GRÁFICO 4 40

FIGURA 5 – GRÁFICO 5 40

FIGURA 6 – GRÁFICO 6 41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 9

2 DA ESSENCIA A EXISTÊNCIA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIO..... 12

2.1 A CONSTRUÇÃO DO FEMININO A PARTIR DA NATURALIZAÇÃO DO NÃO-NATURAL..... **13**

2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA E A DESMITIFICAÇÃO DA SUBALTERNIDADE FEMININA..... **17**

2.3 A IDENTIDADE RELACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO A PARTIR DE VOZES HEGEMÔNICAS..... **20**

3 A INFLUÊNCIA DAS ESTRUTURAS NO PADRÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO: O PAPEL DA FAMILIA, ESCOLA E IGREJA..... 25

3.1 A CRIAÇÃO DA FAMÍLIA E O PAPEL DA IGREJA NA DOMINAÇÃO PATRIARCAL..... **27**

3.2 A ESCOLA E A DISCIPLINAÇÃO DOS CORPOS..... **32**

4 DA UNIVERSIDADE À UNIVERSALIDADE: O ESPAÇO VISTO A PARTIR DE NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS..... 36

4.1 A DOMINAÇÃO MASCULINA E A PRESENÇA DAS MILHERES NOS CURSOS DE ENGENHARIA..... **37**

4.2 A contradição espaço-tempo na universidade..... **45**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 47

6 REFÊRENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....49

1 INTRODUÇÃO

A universidade, no dicionário[1] definido como “a qualidade do que é universal”, nos remete a um universo, esse constituído por diferenças nas experiências e aprendizados. Como espaço social, a universidade se torna palco das relações humanas, onde durante o tempo de permanência construímos relações de trocas, experiências e vivências. Assim em uma dessas trocas ao conversar e ouvir de diversas alunas do curso relatos de casos de violência e sexismo, surgiu um grande incomodo que se transformou em uma necessidade de discutir de forma mais ampla, e ainda sim, profunda a razão e a construção dos problemas estruturados nos múltiplos espaços, em especial o da universidade.

A violência de gênero possui diversas faces e se materializa no espaço de formas claras ou subjetivas, em que muitas vezes são apagadas e silenciadas pela normatização de atos que, se colocado em questionamento se revela hostis e ataca os sujeitos de diversas formas. Passando por muitas vezes despercebidas aos olhos, a violência simbólica se materializa através de ações e falas, que passivos a norma, atingem os sujeitos em diversos momentos e em diversas espacialidades.

Seria um equívoco pensarmos no espaço como algo estático, em que seus processos adaptativos se extinguiram e o tempo parou no passado. A necessidade de pensar o espaço a partir de múltiplos olhares se torna urgente, os atravessamentos que constituem o processo de formação espacial mostram uma perspectiva que rompe com o pensamento que hegemoniza os espaços os cristalizando no tempo. Ao se ancorar no passado, a temporalidade de certos espaços continua a reproduzir velhas normas e costumes, impedindo que o novo alcance. O espaço fixo, linear e concluído traz em si uma carga cultural que muitas vezes nos parece imutável fazendo com que se cristalize uma ideia de “aceitar as coisas como elas são”, reproduzindo o pensamento unilateral hegemônico que nos impede de visualizar qualquer outro caminho que tente romper com a norma imposta.

É então esperado das mulheres e dos homens reproduzam o modelo imposto e suas ações ocorram conforme o desejado. Assim, em espaços masculinizados como

[1] Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: https: https://www.dicio.com.br/universidade/

os cursos de engenharia em que se espera do corpo uma capacidade específica do gênero designado, habilidades essas sempre associadas as características masculinas normativas, a mulher equivocadamente representada pela “corporeidade frágil e sensível” é tratada como não pertencente a esses espaços, de modo que muitas vezes suas ações e comportamentos sejam questionados. Considerando as diversas formas de violência identificadas nos discursos de mulheres estudantes de engenharia durante a convivência nas repúblicas[2], o presente trabalho buscou investigar como a violência de gênero, sutil ou não, foi naturalizada no espaço dos cursos de Engenharia. Para o desenvolvimento da pesquisa, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, foram realizadas 20 entrevistas com alunas do gênero feminino, 16 entrevistas com alunos do gênero masculino, além de conversas informais com professos dos cursos de engenharia[3].

Para a sistematização dos dados, a análise de conteúdo, foi o instrumento utilizado para melhor compreendermos as falas dos nossos interlocutores, pois através da análise das palavras e criação de categorias, subjetividades contidas nas falas puderam ser observadas, atendendo as perspectivas iniciais do trabalho proposto. Visando analisar as falas procuramos encontrar nas linhas e nas entrelinhas dados que possibilitam a classificação, entendimento e sistematização dos conteúdos psíquicos, sociais culturais e de classe contidos nas falas.

Os estudos de feministas visam a compreensão das subjetividades das mulheres a partir dos que as tonam únicas: suas vivências. Na geografia buscamos a mesma análise tendo espaço como indispensável para compreensão a partir das vivências nos espaciais. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) busca um tratamento das informações contidas nas mensagens, pode ser uma análise dos significados e também dos significantes. Usada por abraçar as várias subjetividades contidas nos objetos, o método exclui estereótipos e pré-conceitos que o pesquisador possa ter durante o processo.

O presente trabalho foi estruturado em quatro partes. Inicialmente abordaremos o processo de construção das identidades femininas e masculinas, a partir de um contexto histórico evidenciaremos como o processo de dominação foi legitimado nas estruturas sociais a partir de uma justificativa biológica e religiosa. Além disso, destacaremos sob o ponto de vista feminino a perspectiva do eu e o outro, onde o

---

[2] Moradia estudantil privada.
[3] Todos os nomes citados no texto são fictícios.

patriarcado como ferramenta opressora principal delimitou espaços aos corpos. Veremos também como o processo de libertação da mulher ocorreu e a importância de cada momento dos movimentos feministas para a continuidade da luta que até hoje ocorre.

No capítulo dois analisaremos a importância da estrutura familiar e dos múltiplos espaços de formação para a continuidade do padrão de identidade de gênero. Observaremos a importância do papel da casa, da escola e da igreja da fixação dos papéis de gênero e o quanto os espaços fundamentais para a construção do sujeito ainda está ligado a uma estrutura que reproduz a ótica binária. Além disso, elevaremos a discussão acerca do significado do gênero e as múltiplas formas dos sujeitos desconstruindo o padrão binário de definição dos sexos.

Na terceira parte faremos um estudo de caso utilizado o espaço dos cursos de engenharia a partir da visão da construção do espaço da universidade sendo predominantemente masculinizado. Buscaremos através dos relatos dos entrevistados entender a formação dos sujeitos a partir das suas realidades e a compreensão do espaço ao pensar a partir do conceito de espaços generificados.

Por fim mostraremos que as conquistas não são individuais, a partir dos movimentos feministas a discussão apresentada nesse texto deve ultrapassar os muros das universidades de forma que chegue aos lugares onde a massa de mulheres que sentem na pele os reflexos da dominação masculina e das violências diariamente. Através do diálogo discutiremos brevemente como o sistema, de modo a uma dominação efetiva dos corpos femininos como ferramenta de reprodução para a constante renovação da mão-de-obra que produz capital, criou o mito do feminino. Mito esse que prendeu por milênios as mulheres em casa, impedindo de lutar e se rebelar usando da natureza e da divindade como premissas de controle.

Entender que toda dominação é uma forma de controle cujo objetivo final é sustentar o capital é essencial para que se rompa com vertentes do feminismo e dos movimentos sociais, em geral, que, atrelado ao liberalismo apenas altera a dinâmica de dominação maquiado por um falso empoderamento. O feminismo é um movimento de classe, raça e gênero. Pensar o feminismo na geografia é pensar os espaços pela ótica das mulheres que experimenta as múltiplas realidades espaciais. Nenhuma mulher será livre enquanto houver outras milhares sendo oprimidas por questões religiosas, de raça e de classe. O feminismo luta para a emancipação de todas as mulheres e de todas as formas de opressão e dominação.

2 DA ESSENCIA A EXISTENCIA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIO

Os sujeitos são construídos pela intersecção de diversos fatores culturais, de raça e classe. A cultura teve um papel importante na consolidação das identidades aplicadas ao sujeito. A ideia da essência, que dava significado aos sujeitos a partir de uma natureza imutável e consequentemente as ações e as corporeidades associadas ao gênero, designou papeis a cada um dos sujeitos generificados a partir do pensamento essencialista.

Justificada pela natureza humana onde o homem era forte, inteligente e a mulher fraca e dependente, legitimou e fixou na formação social a dominação de um sobre o outro. O não natural então se transformou, influenciado por formas de dominação que buscaram impor uma dominação, em natural. Essa transformação ocorreu de forma lenta e simbólica, de forma que ao entorno das identidades se criaram justificativas para hierarquizar os sujeitos.

O mito da inferioridade se consolidou nas estruturas sociais por diversas vias. A fixação do feminino associado a reprodução e ao cuidado foi assumida pela perspectiva religiosa, uma das principais instituições que validou a dominação patriarcal. Assim, desde a gênese do cristianismo, a inferioridade e submissão da mulher foi pregada como verdade divina, o que prendeu o feminino a uma estrutura identitária cristalizada e imutável.

Dessa forma as identidades se fixaram a partir de uma lógica binária em que um e outro ocupavam lugares distintos. O masculino se fixou como identidade hegemônica e a ele o papel de dominador, forte, viril e com grande capacidade de liderança. Já o feminino ocupou o lado oposto sendo o inferior, e como o outro possuía apenas o papel da subalternidade.

A noção de identidade relacional, que fixou papeis e lugares aos sujeitos se estendeu por milênios e foi sempre justificada pelos aparelhos ideológicos que tiverem papel essencial para a dominação masculina. A casa, a rua, a família e a igreja ainda são ferramentas essenciais para que a lógica dominante siga sendo exercida socialmente.

A lógica dominante buscou delimitar e significar os espaços permitindo ou não corpos a ocupa-los. Os espaços generificados construiu no imaginário regras de

ocupação e convivência entre os sujeitos de forma que por muito tempo a hegemonia masculina não era questionada. Ao longo do presente capítulo buscaremos compreender como a perspectiva de gênero, pautada em um viés essencialista, reproduziu e naturalizou espacialidades femininas no imaginário social, reproduzindo estruturas de poder que ao longo do tempo vem violentando e excluindo o corpo feminino de diversas formas.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO FEMININO A PARTIR DA NATURALIZAÇÃO DO NÃO-NATURAL

O ser humano sempre buscou entender sua existência, em nossa história foram várias as formas que tentamos explicar os múltiplos aspectos que nos cercavam, desde o mundo em que vivemos – como a formação do planeta e das formas de vida – até nossa forma social, de organização espacial e como indivíduos.

A identidade remete a representação do que somos, o conjunto da formação cultural, familiar e psíquica. Formada por uma acumulação de histórias em diferentes pontos do espaço-tempo, as identidades da forma que conhecemos hoje foram formadas em um logo processo irregular de forças e dominações.

As identidades fixadas ao sujeito, segundo Hall (2000) costura o sujeito a estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quando os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. Dessa forma a modernidade fez com que os sujeitos e as estruturas, como um só, naturalizassem os comportamentos e as identidades formadas pelas forças de dominação.

A estrutura generificada dos moldes que conhecemos e experimentamos hoje é resultado de um longo processo de adaptação. Socialmente construído a partir do poder hegemônico as concepções de gênero designadas os sujeitos foi se moldando segundo as necessidades e as disputas que envolviam a dominação de um sobre o outro de modo que as identidades se transformaram temporalmente.

Nas antigas sociedades as mulheres eram associadas ao divino, cultuada como deusas e admiradas por suas habilidades reprodutivas, o feminino e o maternal eram valorizados e vistos como essenciais para o desenvolvimento e a força dos grupos. Nas primeiras formações sociais humanas não havia uma força dominante de um sobre o outro, Badinter (1986) diz que nossa sociedade democrática parece se acomodar muito bem com a ausência de um poder exclusivo do pai ou da mãe,

portanto não seria absurdo imaginar que as primeiras sociedades também tenham podido prescindir de um ou do outro, e partilhar os poderes de uma forma diferente daquela observada na maior parte do mundo atual.

As primeiras formações sociais humanas ocorreram de forma bastante instintiva, cada um dos sexos cumpria suas funções sociais complementarmente, tal qual Badinter (1992) define como objetiva, dado que nenhuma função do grupo pode subsistir sem a outra. Com as transformações sociais e de produção, logo se percebeu que o homem também participava do processo da vida, e o poder de criar a vida, antes exclusivo das mulheres entrou para o campo do controle masculino e deu início a legitimação de uma nova forma de dominação, que atravessa milênios, o patriarcado.

O rompimento com o antigo modelo de sociedade se deu pela transformação do modelo de trabalho, acumulação e dinâmica familiar. Engels (2019) diz que segundo a concepção materialista, o fator determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata, que se apresenta pela produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para isso. Com a criação da família nuclear e monogâmica em que cada membro exercia um papel, buscando meios para acumulação e desenvolvimento no período pré-capitalista, o patriarcado foi imposto e legitimado.

O processo de consolidação da dominação patriarcal envolveu diversos fatores que intersecciona as relações entre o sujeito e a sociedade. Badinter (1992) explica que o patriarcado não designa apenas uma forma de família baseada no poder paterno/masculino, o termo designa também toda estrutura social. Dessa forma a dominação econômica que surge durante a consolidação da identidade feminina e a coloca dependente do homem é uma das ferramentas de dominação mais efetivas impostas.

Em razão disso, o sistema patriarcal se consolida no espaço da casa, onde o homem no papel de provedor, cuidador e protetor da família comanda e ditas as regras e leis que todos que vivem sob seu teto são obrigados a seguir. A mulher então é inferiorizada, reduzida apenas a menor parte da família, uma serva do homem e um objeto da casa, empregada, esposa e mãe. Assim a casa se torna o espaço fundamental para a criação e a fixação da identidade feminina que acompanhou as mulheres durante séculos.

Com a imposição de um espaço imposto a mulher, pelo poder de dominação rígido e violento patriarcal, a identidade da mulher foi se tornando cada vez mais

associada ao lar, ao cuidado e a maternidade, assim, com o passar do tempo se naturalizou esse modelo do feminino. A modernidade produziu um sistema a fim de controlar os corpos, definindo papeis aos atores sociais as identidades foram se desassociando das multiplicidades, e se tornando algo intrínseco ao sujeito, uma essência, segundo Hall (2019) certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas emergiu pela primeira vez na idade moderna.

O essencialíssimo reforçou a ideia de que éramos seres dotados de traços pré-existentes e que a dominação do homem sobre a mulher só ocorreu por uma predeterminação biológica e cognitiva. A modernidade responsável pela generificaçao e racialização do processo de formação dos indivíduos, significou os corpos a partir de uma perspectiva essencialista, onde a identidade era vista como uma característica única e fixa.

O processo de classificação dos sujeitos foi legitimado pela linguística, ao nomearmos objetos o atribuímos um significado. Em torno do significado que se cristaliza nas trocas sociais e na reprodução, se torna cada vez mais profundo a associação do objeto a coisa, de forma que haja uma naturalização e toda forma de questionamento seja silenciada.

A partir da capacidade de “dar nome às coisas”, a linguagem não só expressa as relações de poder, mas também é usada para instituí-las, logo, no jogo de fixação das identidades, a construção de cada palavra por aqueles que detêm em suas mãos a capacidade de interferência em múltiplas espacialidades é um importante instrumento para determinar o lícito e o ilícito, o normal e o anormal, o aceito e não aceito no processo de construção identitário.

Desse modo, o processo de formação do feminino único e imutável logo se naturalizou na história, o silenciamento das mulheres se tornou um ato político, da legitimação dos papéis impostos pela igreja a caça às bruxas, as forças de resistências femininas foram destruídas. Não se questionava nem se falava das mudanças sociais que resultante, restando apenas a naturalização fixada ao corpo feminino pelo poder patriarcal e legitimada por mitos religiosos e pela biologia.

Para que o papel de subalterno fosse fixado ao feminino, o masculino precisava obter uma ascensão e sua dominação justificada. A natureza masculina foi consolidada pelos vestígios dos antigos povos onde os homens fortes, caçadores e inteligente cuidavam das mulheres e crianças, alimentava a todos e construíam

ferramentas para o desenvolvimento do grupo. Ao homem pertencia o mundo, sua natureza “pública” e desbravadora fez com que a dominação ocorresse linearmente e naturalizada. O sistema patriarcal se instalou sem muita resistência. A humanidade se tornou então dominada pelo masculino, o sujeito absoluto, e a mulher foi reduzida ao outro. Beauvoir (1988) diz que a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.

Muitas foram as ferramentas que sustaram a dominação masculina e os papeis determinados aos gêneros. A religião cristã que expõe em seus livros o poder do homem sobre a mulher e o dever da submissão a mulher nos mostra isso desde sua gênese. Adão, que segundo o livro sagrado, se encontrava sozinho no paraíso recebeu de presente Eva. Feita de sua costela, um lugar simbólico abaixo dos braços, como algo já precisava de proteção desde o início e dada ao homem como um objeto de uso e controle, Eva simboliza o que se esperava de uma mulher. Até o momento do pecado inicial.

Os mitos esotéricos, que buscam narrativas religiosas apagadas do cristianismo dominante, nos apresentam a história de Lilith. Primeira mulher criada por Deus, expulsa do paraíso por não se subverter as ordens divinas e por não aceitar as vontades de Adão, Eva que logo após o pecado foi associada a tentação, e até o período de caça às bruxas, onde milhares de mulheres foram mortas por conhecer sobre o corpo feminino e a reprodução, a mulher simbolizava o mal.

A associação do feminino ao mal e ao pecado fez com que a religião, por milênios fosse ferramenta essencial na fixação do papel feminino, ao legitimar a exclusão das mulheres em diversos espaços usando a premissa do sagrado. hooks (2020) explica que dado que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura cristã, multidões continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico.

Assim, imposto por Deus-pai e consolidado a partir da oposição onde as características dos homens e mulheres eram naturais, imutáveis, portanto, complementares. A complementariedade legitimou a oposição binária de um sobre o outro criou uma relação demarcada onde as fronteiras de gênero e papeis foram muito bem demarcadas as tornando ultrapassáveis.

As fronteiras impostas para que os papeis de gênero continuasse a se reproduzir de forma legítima condenou as mulheres a séculos na prisão da identidade feminina. Para Beauvoir (1980), ao ser condenada ao papel do “Outro”, a mulher

também estava condenada a possuir apenas uma força precária, presa na inferioridade imposta, nunca é ela que escolhe seu destino.

A corporeidade feminina foi inventada a partir de uma perspectiva hegemônica, em que o masculino como força dominante usa seu poder de dividir e classificar, e assim, determina os espaços que as mulheres podiam ou não transitar. Deter o privilégio de classificar significa também o poder de atribuir diferentes valores aos grupos classificados, dessa forma, consolidando efetivamente o processo de dominação masculina e a criação da “outricidade”.

Toda história das mulheres, de acordo com Beauvoir (1980), foi contada pelos homens, mostrando que a libertação perante a dominação efetiva masculina ocorre lentamente e incompletamente. A produção da sociedade como conhecemos hoje seguiu a lógica dos espaços generificados, de forma que as mulheres só ocupassem aqueles cedidos a elas sempre obedecendo a normas estabelecidas pelo patriarcado.

A rigidez dos papéis de gênero continua a manter viva na sociedade a concepção da ideia de que as mulheres não poderiam estar presentes protagonizando papéis de destaque em diversas espacialidades, proporcionando séculos de opressão e invisibilizando suas capacidades físicas e mentais.

Ao confinar os sujeitos em identidades baseadas em papéis a serem desenvolvidos, uma marca foi fixa aos sujeitos generificados. As mulheres reduzidas ao lugar do outro silenciado e subalterno teve sua identidade presa a esse papel por milênios. A ciência moderna a partir dos pensamentos feministas vem descontruindo as marcas fixadas as mulheres as dando voz para o desenvolvimento de novas formas de ver e compreender o mundo e a sociedade.

2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA E A DESMITIFICAÇÃO DA SUBALTERNIDADE FEMININA

O “mito da inferioridade” e “homem incompleto” criou estereótipos e reproduziu a superioridade masculina, consolidando diversas espacialidades conforme a vontade masculina. Assim, as múltiplas espacialidades se tornaram lugares de disputas onde o masculino se sobressaiu como dominante dos espaços e sua forma de organizar se legitimou como a única possível.

Nos espaços as mulheres eram deixadas de lado, como um corpo estranho invadindo, ao ocupar espaços masculinizados eram atacadas e sofriam múltiplas

tentativas de expulsão. O século XX foi marcado pelas lutas em busca de mudanças, o movimento feminista em sua multiplicidade, segundo hooks (2020) o feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão, trazendo em suas ondas uma revolução nos papéis de gênero cristalizado.

Não se nasce feminista afirma hooks (2020), viver a ideologia é um processo de formação que ocorre a partir do momento em que nos identificamos como mulher e percebemos o que significa nossa existência como sujeito resultado de construções por meios opressivos. A primeira onda no final do século XlX lutou pelo direito ao voto, o movimento sufragista trabalhava pelo direito de as mulheres exercerem seu poder democrático, objetivando dar voz aos que politicamente visavam melhorar a vida das mulheres. Saffioti (1986) explica que a proposta da primeira onda era ampliar o que se entendia por democracia, dessa forma as mulheres reivindicaram direitos iguais aos homens, como representação política, acesso à educação, ao trabalho remunerado e ao voto.

A segunda onda estourou nos anos 60 tendo com a principal reivindicação a liberdade da mulher escolher sobre seu corpo com o direito a prevenção da gravidez, liberdade sexual e aborto legal. hooks (2020) explica que ao contrário da imagem que a mídia de massa apresentou ao mundo – um movimento feminista com mulheres queimando sutiã, e mulheres a favor do aborto – a questão dos direitos das mulheres de escolher quando e com quem seriam sexuais estão entre as mais importantes conquistas do movimento.

O feminismo interseccional marcou a terceira onda do movimento ao trazer para o topo do debate as questões que englobavam gênero, raça e classe. Assim a multiplicidade do feminino foi colocada em questão e enfatizada ao trazer como principal discussão as intersecções que constrói os sujeitos.

O feminismo do século XXI ainda traz consigo reivindicações da segunda onda e a luta por representações da terceira. O feminismo hoje, tem como pautas importantes a exploração das mulheres excluídas desde a primeira onda, mulheres de cor e dos países do sul. Além disso, a onda liberal criou no imaginário uma ideia de empoderamento baseado no status social dado pelo capital cegando muitas mulheres da verdadeira luta.

A multiplicidade de formas de se ser mulher, encontra se cara a cara com as várias formas que o capital tem usado para deixar a luta nebulosa. Enquanto o feminismo liberal prega o empoderamento e o trabalho como formas de libertação,

milhões de mulheres são exploradas por outas mulheres, realizando os papeis ainda associado ao gênero. Resultados das teorias feministas do norte global, esses discursos carregam em si uma reprodução do modelo liberal e colonizador que continuam a ser replicados no mundo todo silenciando as formas de pensar que rompe com a lógica da “colonialidade do saber”[4].

Milhares de mulheres racializadas no mundo moderno renunciam a suas famílias, se arriscam muitas vezes em travessias ilegais e perigosas para cumprir papeis subalternos que mulheres brancas e empoderadas do Norte se recusam a fazer. Assim, as mulheres são mais uma vez classificadas e silenciadas, dessa vez por outras.

Muitas mulheres não foram contempladas pelas ondas anteriores do feminismo, a raça e a classe foram categorias de análise dispensadas por muitas autoras criando no imaginário um significado único ao ser mulher. A terceira onda ao pensar os feminismos a luz da interseccionalidade amplia o debate sobre as múltiplas formas de ser mulher buscando entender as subjetividades dessas sujeitas com suporte das narrativas orais que dão vida as diversas experiências.

A falta de debate acerca de gênero reproduz no imaginário social uma ideia de ser homem ou mulher totalmente conectada ao órgão genital. Dessa forma, milhões de pessoas trans tem suas identidades e corporeidades deslegitimadas e marginalizadas pelos movimentos sociais. O movimento feminista em algumas de suas vertentes, ainda se hoje, se recusa a acolher as mulheres trans.

Em todas as ondas da revolução feminista, a ocupação de espaços que outrora foram negados as mulheres eram sempre a principal reivindicação. Se libertar dos espaços de confinamento e garantir o direito de vir a público motivou as mulheres. Por isso se torna cada vez mais essencial identificar e entender as relações de poderes que ainda exercem a dominação sobre a mulher.

2.3 A IDENTIDADE RELACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO A PARTIR DE VOZES HEGEMÔNICAS

[4] Conceito proposto por Nelson Maldonato que busca compreender os efeitos da colonização na produção de conhecimento nos países que foram colonizados.

Apesar dos milênios de dominação onde o patriarcado definiu o que significava ser mulher, o feminismo vem em direção oposta, resinificando e trazendo para o centro o debate do significado de mulher. É significativa a quantidade de material ensaístico, explica Butler (2018), que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último a representação, ou mesmo a libertação, como indica ser muito pequena, afinal a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres.

Os espaços, a partir de rugosidades que marcam e dão significado aos lugares e indivíduos que lá circulam tem o poder de moldar os sujeitos. A geografia como ciência que historicamente tem sido desenvolvida por homens, ainda reproduz em sua epistemologia reflexos de uma dominação patriarcal e colonial. Após tantos séculos reproduzindo um pensamento colonizado e patriarcalista, o tempo e os espaços naturaliza para silenciar os sujeitos oprimidos.

O ser homem, assim como o ser mulher foi uma identidade culturalmente construída a partir de um viés dominador. A dominação dos homens precisava ser justificada, legitimada e duradora. Foram várias as simbologias impostas na construção da masculinidade. Contando com a mudança do significado da família e a sua institucionalização social, que simbolizava o contato com deus-pai, fez com que protetor e provedor fossem características significantemente masculinas.

Observa se, com frequência, segundo Oliveira (2004) no período moderno que nos momentos de crise social, instigadora de movimentos messiânicos de caráter político ou religioso, ocorre uma supervalorização de ideias constitutivos de uma masculinidade mítica. Assim, de forma que as mulheres místicas foram todas esmagadas pelo monoteísmo patriarcal, os homens foram favorecidos e os mitos os colocava sempre em destaque, sendo sempre o líder, vitorioso e lutador, o salvador.

As masculinidades são múltiplas e se apresentam de diferentes formas nos espaços e no tempo. A partir desse pensamento compreenderemos de que forma a masculinidade se manifesta no espaço na universidade tendo como foco os cursos de engenharia. Concebido na noção de masculinidade hegemônica e única os cursos de engenharia reproduziram as noções de poder que dividiam os sujeitos em categorias de gênero por ser considerado um “curso de homem”. Assim, pensaremos a masculinidade a partir dos diálogos e entrevistas com alunos dos cursos de engenharia.

A construção dos significados atribuídos aos corpos, o gênero, é um processo de produção de símbolos, nomes e significados que se reproduzem com suporte dos discursos – o poder da fala – das corporeidades – como cada sujeito deve se comportar – e das espacialidades – onde se pode ou não ocupar. As universidades e as ciências exatas carregam em sua história o silenciamento, as mulheres, o pensamento de que a inferioridade feminina incluía aspectos cognitivos, esses espaços eram negados. Quando foi possível ao corpo feminino alcançar tais espaços um muro já havia se formado.

Ao pensar os cursos de engenharia onde a masculinidade hegemônica é reforçada a partir da masculinidade única e natural, as entrevistas buscam traçar um caminho que nos leva a compreensão de como os sujeitos entendem o significado de ser homem a partir dos diversos espaços de construção e convívio e de suas subjetividades.

Constatamos o quanto as simbologias do macho são cristalizadas na identidade masculina que, ao perguntar os alunos "*o que representa ser homem e/ou masculinidade"*, o aluno Vinicius, de 32 anos do curso de engenharia elétrica responde que: *"representa cuidar e proteger a família".* O aluno Ramon de 21 anos do curso de engenharia elétrica reforça a normatização do pensamento dizendo "*responsabilidade de proteger a família*".

As palavras proteção, cuidado e família possuem significados completamente opostos para homens e mulheres. Para um, a "proteção" deu o poder de conquista, para outro foi o cuidado que fixado como característica natural do sujeito, foi usado como meio de dominação de forma que, as mulheres sempre foram permitidas apenas o trabalho do associado a reprodução.

Para Ricardo de 21 anos da engenharia elétrica," ser *homem é um cara que honra a família, não tem atitude de moleque (ser um babaca, usa e abusa da mulher) ter sonhos e demostrar força de vontade para conseguir eles. Mostrar ser pronto para ter uma família e de ser o provedor da mesma"*

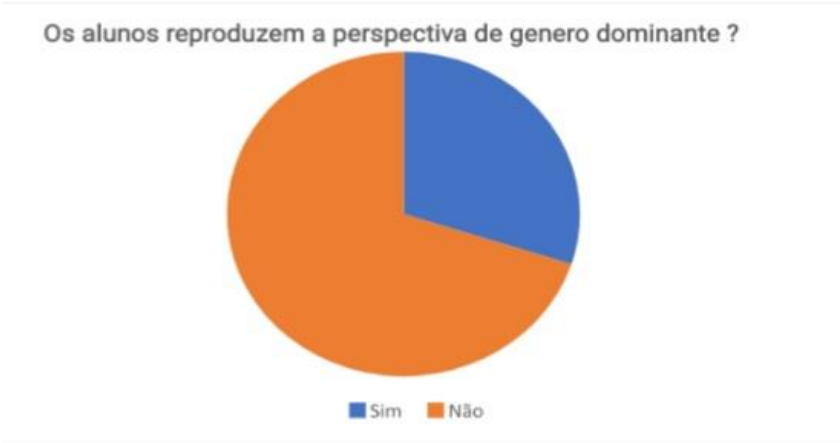
Ser homem passa então a envolver uma série de significado, a honra é uma das principais características masculina, ao ponto de lutar até a morte, se preciso, para defender a idealização da honra. De forma que segundo Badinter (1992), o tornar-se masculino envolve fatores psicológicos, sociais e culturais que nada tem a ver com a genética, mas desempenham papel não menos determinante, talvez mais, do que ela.

O masculino então fica marcado, como o ser original deve manter em sua identidade aspectos dominantes e hegemônicos, como força e inteligência. O homem foi construído como o sujeito original e completo, o escolhido e merecedor de todo controle que possui. Em oposição o feminino foi construído como o outro, subalterno e inferior.

Ao questionar as meninas sobre a feminilidade, visando entender a palavra sobre o olhar das interlocutoras, e a partir disso busco entender como se deu esse processo de construção identitário ao longo das trajetórias. Observa se que o significado se distancia de um padrão hegemônico é construído a partir de interesses temporais e espaciais.

A feminilidade *"remete a questão da mãe que cuida, que zela, um olhar diferente sobre as coisas, um olhar mais profundo e sensível",* relata a aluna Diana do curso de Engenharia Elétrica. O feminino, associado as naturalizações imposta e marcada de um feminino sempre associado a vulnerabilidade e cuidado, representa a fala de 30% das entrevistadas.

FIGURA 1 – GRÁFICO 1



Fonte: Letícia G. Marques (2021).

A perspectiva de gênero dominante é aquela que produz e reproduz em seu discurso a definição do feminino e masculino como algo fixo e imutável. O pensamento dominante ainda enxerga os papeis de gênero como algo dissociável dos sujeitos em que ser mulher é ser cuidadosa, frágil, dependente corporificando a feminilidade. Dessa forma, ao analisarmos as respostas das entrevistadas, entendemos o ato de

reproduzir a perspectiva de gênero dominante aquelas respostas que contia em sua justificativa o uso de palavras “cuidado”, “frágil”, “feminina” e seus sinônimos.

Uma marca é fixada ao feminino desde o nascimento, de forma que as fêmeas são designadas um papel social definido e legitimado. A identidade da mulher vulnerável essencial para a manutenção das estruturas de poder na sociedade. O discurso que envolveu a criação da identidade da mulher, importante para que a mulher confinada a casa pudesse exercer o trabalho reprodutivo naturalizadamente, trabalho esse indispensável para a manutenção da produção material.

A biologia como ferramenta que usava a ciência como justificativa para a diferenciação entre os sexos e a existência dos papéis de gênero, foi por muito tempo um discurso legítimo. A entrevistada Isis, aluna do curso de Engenharia Elétrica exemplifica bem como esse discurso ainda é forte no inconsciente popular “*nós somos frágeis biologicamente, nossos hormônios fazem com que fiquemos mais lentas, sejamos mais fracas (em relação à média dos homens), feminilidade me remete a mulher precisar do homem*.”

Os corpos sexuados desde o nascimento carregam um significado predefinido, os símbolos enraizados nas estruturas da vida social que define o que é ser homem e mulher. Para Badinter (1992) o simbolismo da masculinidade, em que ordens dadas aos homens como “seja homem”, implica que isso não é tão evidente e que a virilidade não é, talvez, tão natural quanto se pretende.

O corpo é a principal ferramenta usada para legitimação das estruturas normativas de gênero. Os códigos corporais que dão significado as regras de gênero são resultadas de uma elaboração cultural e é socialmente construído, Le Breton (1992) define o corpo como realidade mutável, uma estrutura simbólica, superfície de projeção usado para dar significado e legitimidade as imposições do poder sobre os sujeitos.

Há sim uma enorme diferença no processo e no resultado da construção do homem e da mulher. Para Beauvoir (1980), o simbolismo não caiu do céu nem jorrou das profundezas subterrâneas: foi elaborado, assim como a linguagem, pela realidade humana, realidade essa que, criada por homens, oprime as mulheres e suas manifestações, fazendo com que suas identidades nunca fossem suas, e sim uma constante alteridade ao homem, como “o outro”, a identidade feminina se estabelece de forma secundarizada.

A identidade masculina, assim como a feminina passou por um processo de construção simbólica. Para que o poder masculino fosse legítimo, a oposição entre homens e mulheres teve que ser cristalizada. Segundo Boris (2011) não se pode compreender a construção social da masculinidade ou da feminilidade sem referência ao outro polo relacional. Dessa forma para ser homem, o sujeito tinha que ser completamente afastado do feminino.

Para que a identidade feminina e masculina fosse legitimada era necessário que a ideia do sujeito imutável impossibilitado de mudança se tornasse uma verdade universal. Justificado pela natureza e pelo divino, a ideia do sujeito que carrega em si uma essência teve que primeiro ser implantada em diversas escalas das estruturas sociais, e a linguagem foi importante para essa efetivação dos papéis de gênero. Foucault (1988) explica que para realização de uma dominação no plano real era necessário que os mecanismos de poder reduzissem os símbolos a linguagem, fixando-lhes um significado.

A normatização, como a busca por eleger uma identidade como parâmetro, explica Silva (2013) atribui todas as características positivas possíveis de forma que as outras identidades só podem ser avaliadas negativamente, evidenciando uma ideia hierárquica de que o eu absoluto e universal está em contraposição ao outro inferior.

O corpo se torna lugar de disputas e construções, é nele que a normatização se torna efetiva e graças a ele o imaginário acerca do que representa ser homem ou mulher é materializado. A corporeidade é então segundo Le Breton (1992) resultado das representações que tentam identificar o corpo, determinas as ligações com o ator que personifica, dessa forma, o autor explica que a fisiologia simbólica que os estruturam e que tenta, por fim, dar nome aos constituintes e às ligações com o meio social, cultural e cósmico.

Sendo assim o corpo se dá como um espaço socialmente construído e resultados de intervenções e interferências que buscam a todo momento significa-lo, fazendo com que os sentidos e as funções atribuídas a ele se tornem um modelo de representação único. Le Brenton (1992) afirma que a condição do homem e da mulher não se inscreve em seu estado corporal, ela é constituída socialmente.

Essa oposição cristalizada nos corpos se materializa por ações e falas, de forma que para Tomas aluno do curso de Engenharia Elétrica ser homem representa: *“apenas ser de gêneros opostos, porém, com obrigações diferentes”.* A diferença que

se torna um momento crucial na formação do sujeito, é também usada para fixar aos sujeitos lados opostos de uma mesma história.

A fala da entrevistada Thalia, aluna do curso de Engenharia Mecânica, que ao expor a ideia de *"atributos pertencentes a mulher"* demostra o quão marcante ainda são as características que, fixadas na identidade de gênero define atributos, estes cristalizados nas estruturas de poder legitima papéis sociais na perspectiva de gênero, crucias para a corporificação do "*ser homem*" ou *"ser mulher"*.

Repensar os significados atribuídos ao gênero é pauta de extrema importância na agenda mundial. As mulheres sofrem diferentes categorias de opressões, a multiplicidade que torna o sujeito único deve ser entendida para que cada mulher tenha seu corpo respeitado como um espaço de resistência e luta. Os movimentos feministas vêm libertando mulheres há cerca de um século, e apesar do avanço, muitas mulheres ainda não têm suas realidades, vivencias e lutas contempladas pelo movimento, sendo as mulheres dos países do norte, brancas e de classe média as mais privilegiadas tendo suas vozes ouvidas.

Em contrapartida, as mulheres do sul global ainda sofrem com lutas "superadas" pelo feminismo liberal. Marcados pelo colonialismo e esmagados pelo projeto neoliberal, os países da América Latina, África e Ásia ainda sofrem por ainda não terem tido suas realidades no topo do debate e não terem sido contempladas com os avanços do movimento.

A organização espacial que se constrói a partir de disputas resultando em controle e dominação, é produto e produtora das relações de poder como colonialismo, racismo, classe e gênero. As espacialidades se validam como palco principal das disputas de forma que ao se consolidar locais onde as relações de poder são instituídas, os espaços se limitam. Assim ao que Foucault (1988) descreve como "lugares de permissão", abrangendo para as questões de gênero, as inúmeras espacialidades em que os corpos ocupam e se tornam ferramentas para sua formação como sujeito sendo os mesmos, resultado de imposições sociais em que as performances que fogem as normas são reprimidas e marginalizadas.

3 A INFLUÊNCIA DAS ESTRUTURAS NO PADRÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO: O PAPEL DA FAMILIA, ESCOLA E IGREJA.

O pensamento estruturalista parte da ideia de que existe uma ordem pré determinada na formação dos sujeitos. Essa ordem, existiria independente da cultura e de fatores como raça, gênero e classe. A ordem estrutural seria então imprescindível a qualquer outra interferência na construção dos sujeitos. Segundo Brandão (2015) o humanismo, coloca o sujeito no centro da análise e das teorias formuladas ao seu redor, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, enquanto a teoria estruturalista via os sujeitos como simples portadores de estruturas.

A ordem estrutural é construída no imaginário e materializada nos espaços usados como ferramentas para legitimação dos sujeitos e identidades. O gênero se define como significados associados aos corpos sexualizados, para se tornar cada vez mais natural e inseparável dos sujeitos foram necessários séculos de imposição e dominação.

Muitas foram as formas usadas para consolidar a estrutura social que temos hoje. A importância do simbólico para que ocorresse naturalizadamente foi aos poucos cristalizada pelos mitos. Desde as primeiras religiões patriarcais as mitologias trouxeram narrativas que destacavam o masculino como superior. A queda do papel das deusas pela ascensão do monoteísmo, apagou ainda mais o protagonismo feminino.

O cristianismo, religião em que há somente o deus pai, reforçou o poder do patriarcado inferiorizando e dominando as mulheres a partir das narrativas que contribuíram para que fossem fixadas uma identidade subalterna em que seus corpos possuíam apenas a função de reproduzir e servir aos homens. A demonização do feminino e sua associação ao mal foi legitimada pelos mitos de Lilith e Eva em que Badinter (1992) explica:

> Lilith, condenada ao inferno por ter-se recusado a obedecer a Adão, e Eva a mulher alienada, “que será apenas a imagem da forma castrada de Adão e não a imagem da parte feminina de Deus”, não há mais lugar para a adoração de uma deusa. Pelo contrário, toda forma de poder feminino tornou-se sinônimo de maleficio (Badinter, 1992, p. 101).

Justificado pelos livros religiosos como bíblia e o alcorão e materializada durante o período de caça às bruxas, a depreciação do feminino passa então pelo processo simbólico, pelas palavras, mitos, literaturas e logo se estende pelo âmbito cultural e social. Federici (2019) apresenta que a demonização serve como elemento para justificar a dominação. A autora usa a caça às bruxas como exemplo para mostrar as formas que o poder usou para apropriação do trabalho feminino o prendendo em

casa e a criminalização do controle sobre a reprodução para uma dominação sobre os corpos e a legitimação do trabalho reprodutor feminino.

A família foi também uma estrutura consolidada após a “descoberta” do papel do homem na reprodução. O homem legitima o poder do pai e a família se torna uma das bases para o desenvolvimento patriarcal. A família define os espaços, ao homem pertence os espaços públicos, é ele que participa da política, que cuida dos negócios e sai diariamente para trabalhar. A mulher é destinada à casa, lugar onde sua identidade se fixa a partir da lógica do cuidado e da reprodução, sua domesticação define o significado de feminilidade cristalizado ao corpo feminino.

A ordem que resulta da perspectiva estruturalista, tem o espaço da casa como principal lugar ocupado pelas mulheres. Além de definir e fixar as mulheres a papéis de gênero, a casa se consolida como a espacialidade em que se institui as mulheres a norma da identidade feminina, de forma que a família se consolida como uma instituição necessária da modernidade pelo poder de hierarquizar as relações de gênero.

Na modernidade, outros espaços se tornam palco da doutrinação dos corpos. Logo a escola se torna o principal espaço moderno da construção de gênero, da imposição de papéis e da reprodução da ideia de homens e mulheres como opostos um ao outro. A escola separa as habilidades, hierarquiza os sujeitos como inferior e superior a partir dos papéis impostos e faz com que os corpos sejam educados a reproduzir ações simbólicas que marcam os sujeitos.

3.1 A CRIAÇÃO DA FAMILÍA E O PAPEL DA IGREJA NA DOMINAÇÃO PATRIARCAL

Para que o patriarcado se fixasse nas estruturas sociais e se tornasse uma forma legítima de controle e divisão entre um e outro, era preciso a criação de cenários onde os atores encarnassem seus papéis e atuassem conforme o determinado. A família então foi sendo moldada e naturalizada conforme interesses e interferências do homem e legitimada pela igreja pela concepção de que o casal e a família simbolizavam o divino. O direito paterno vence o materno, e deus legítima o patriarcado.

Os espaços são o palco da vida social, formados a partir da ordem hegemônica e também são atravessados por vivências, disputas e acumulação de tempos. Cada

espacialidade carrega em si as marcas de sua formação de forma que funções são dadas as diferentes espacialidades. Assim a casa como espacialidade onde a família é construída e a igreja como espaço de poder patriarcal justificado pelo divino são espaços marcados pelo poder hegemônico reproduzindo suas funções. O início da concepção familiar, segundo discute Badinter (1992) surge a partir da nova noção de casal e da imposição da monogamia, ainda na cultura politeísta os mitos dos deuses eram usados para fixação e legitimação dos papéis. A autora nos apresenta o mito de Hermes e Hestia, que segundo a narrativa:

> Hermes, como sabemos, é o deus da viajem. Hestia, a guardiã do lar, o centro do espaço doméstico a partir do qual o espaço humano se orienta e se organiza. Ela é o dentro. Ele é o fora, intocável e ubiquitário. Ela tem a casa como seu domínio. Ele vai mundo afora para trabalhar, guerrear, negociar e participar da vida política. (Badinter, 1992, p.82)

O casal é construído seguindo um modelo binário, em que um é o oposto de outro, o dentro e o fora passa então a delimitar o território que cada sujeito generificados poderia ou não ocupar e a casa se torna o espaço feminino. A palavra família vem do latim famulus e quer dizer escravo doméstico, de forma que segundo Engels (2019) a família se consolida na base do significado de conjunto de posses ou escravos pertencentes ao mesmo homem.

O status das mulheres é rebaixado, primeiro pela derrota do direito materno e depois pela limitação de espaços ocupados por elas. Engels (2019) explica que esse rebaixamento, tal como aparece entre os gregos e segue toda era cristã, até os dias atuais, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado.

A domesticação das mulheres foi também uma importante ferramenta para a ascensão cristã, onde o deus-pai todo poderoso legitimava em suas escrituras o homem como superior, dominante e diretamente ligado a Deus, enquanto a mulher submissa e inferior. A família bíblica segundo Badinter (1992) é endogâmica, patrilinear, patriarcal, patrilocal, ampliada e poligâmica. O pai, como o Deus que ele adorava, tinha todos os direitos sobre os homens e mulheres de sua casa.

A lógica cristã determinava que apenas uma formação familiar era possível, como ferramenta patriarcal o cristianismo usou da força de seu discurso para legitimar os papéis de gênero e serviu para fixar a norma de que Deus criou o homem e a mulher, cada um com sua especificidade. Esse discurso não só fixou no imaginário uma única forma de feminilidade e masculinidade, como também é usado até hoje

para justificar a homofobia a partir da família hétero-cristã e a heterossexualidade compulsória.

Seguindo a lógica relacional, enquanto o homem exercia sua dominação, o feminino era fixado a casa de forma que segundo Da Matta (1997), a casa é como "um espaço moral posto que não pode ser definido através de uma fita métrica, mas – isso sim, – por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições". O "espaço moral", representa o primeiro empecilho que a mulher encontra ao longo da sua trajetória, pois considerando que a "moral dos lares e nos lares" fora construída por bases patriarcais, delegando um papel de subalternidade às mulheres.

O pensamento único sobre a concepção do casal e da família que moldaram o feminino e o masculino, atribuiu aos sujeitos papéis de gênero que foram reproduzidos de forma que até agora vemos tais ideias cristalizadas nas nossas sociedades. A família exerce grande poder de influenciar e moldar nossas concepções acerca dos significados dados aos sujeitos, caráter cultural e moral, nossa criação designa, em grande parte, que categoria de adultos seremos.

Vemos tais influencias concretizadas nas relações ao questionar nossos interlocutores sobre a concepção da família sobre o papel do homem e da mulher. Aura, de 21 anos aluna da engenharia elétrica nos diz: *"É meio antiquada, ainda não enxergam muito a mulher com a independência e o poder que temos, ainda tem a visão "dona de casa que cuida dos filhos e serve ao marido"*. Ao feminino sempre foi fixado o papel de dona de casa, serva do marido e cuidadora dos filhos. Federici (2019) explica:

> não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convence-la que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. (Federici, 2019, p.43)

O treinamento da mulher ocorre em todas as dimensões, da psíquica a corporal. Primeiro nos é ensinada sobre nossos gostos, a usar rosa, a brincar de boneca, a usar vestido. Nos é apresentado que as cores definem os gêneros e que devemos gostar apenas das "cores de meninas". Logo somos apresentadas a bonecas, casinhas e cozinhas. Depois nossas roupas se tornam uma questão, usar vestido e saia e sempre se sentar comportadamente para "não mostrar demais".

A corporeidade feminina se baseia em regras, o corpo é uma marca e sua expressão simboliza o que se espera da identidade feminina. Abaixar os olhos, juntar

as mãos, o joelho levemente flexionado, a cabeça inclinada, um sorriso entre outras ações são, segundo Le Breton (2006) maneiras de marcar simbolicamente a suave submissão ao homem cuja presença é sugerida alusivamente.

Crescemos ouvindo sobre nosso papel, a todo momento é afirmado e reafirmado onde devemos estar e de que forma temos que nos comportar. A fala de Sofia de 18 anos, aluna da engenharia elétrica nos mostra isso, a concepção da família sempre foi *"Mulheres são feitas para casar e formar famílias",* ao questionar se a entrevistada concordava com a visão da família, ela continua: *"Não concordo, julgo que mulheres tem direito de escolherem fazer o que querem da vida"*.

O corpo da mulher foi transformado em um espaço pertencente ao modelo patriarcal-capitalista. Como uma máquina de reprodução, da vida e do modelo familiar, a mulher obteve o papel de esposa, mãe e cuidadora do lar. Federici (2019) explica que ao negar as mulheres o controle sobre seus corpos, o estado privou-lhes da condição fundamental de sua integridade física e psicológica. A autora argumenta que o papel imposto as mulheres confinou as mulheres a atividades reprodutivas de um modo desconhecido por sociedades anteriores.

Mesmo no último século, onde as mulheres conquistaram direitos, voz e espaços nunca tido antes, certas concepções sobre família, religião e papéis de gênero ainda seguem nas estruturas sociais. Freya de 18 anos, aluna da engenharia elétrica relata: *"Minha família enxerga a mulher como um ser que pode ser independente, mas deve ser submissa ao homem. Não concordo com isso, acredito que a ideia de submissão feminina é apenas mais uma justificação para dominação patriarcal".*

O poder patriarcal não acabou. Sob novos rostos e novas formas de aplicação as mulheres ainda sofrem os efeitos da dominação patriarcal. A fala de Freya nos esclarece isso. A independência e a submissão andam juntos, na modernidade a mulher conquistou o direito de trabalhar, de controlar sua reprodução, mas isso tudo, até certo ponto. Ainda hoje se espera das mulheres comportamentos, corporeidades e escolhas associadas ao feminino "original".

Deus criou o homem, a sua imagem e semelhança, o masculino possuía a ligação mais direta entre à terra e o divino. Aos homens foi dado o poder de ministrar a palavra, de liderar o templo, de ser a cabeça de sua família. O domínio exclusivo do homem, o patriarcado, segundo Engels (2019) foi consolidado e eternizado pela queda do direito materno, pela introdução do direito paterno e pela monogamia.

O homem passa então a ser considerado o ser original, e como tal sem gênero dando a entender que sua identidade não é forçada nem construída, de forma que o homem representasse a humanidade em sua totalidade, tido como a norma humana. Badinter (1993) cita o autor Michael Kimmel que deu destaque a invisibilidade do gênero masculino, o que contribuiu para sua identificação com o humano. O autor destaca que ao se olhar no espelho de manhã, ele se via como *"um ser humano, universalmente generalizável"*.

A masculinidade também foi uma identidade produzida e naturalizada pelo poder patriarcal. Para que o homem se fixasse como dominador e superior seu papel social foi associado a liderança, força e virilidade. Badinter (1993) explica que dever, provas e provações são palavras que dizem haver uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem, a autora completa afirmando que a virilidade não é dada de saída, dever ser fabricada. O homem é, portanto, afirma a autora, uma espécie de artefato que como tal, corre risco de apresentar defeitos.

Ao questionar os entrevistados sobre a concepção da família sobre o papel do homem, observamos o quanto aspectos do masculino dominante ainda se apresenta nos discursos, e que ainda hoje os homens concordam com esses ideais. Vinicius de 32 anos, aluno da engenharia elétrica diz: *"O homem é aquele que cuida, protege e ajuda em casa."* Quando questionado se concorda com a família, ele afirma: *"Sim, eu concordo".*

O aluno Ricardo de 21 anos, estudante da engenharia elétrica responde que a concepção da família é de *"Ser o principal provedor da casa, ser o protetor do lar, honra a esposa e os filhos"* o entrevistado concorda e continua *"fui ensinado a ser esse homem, de honrar a esposa e sua família como seu único amor e ser exemplo para a família".*

O masculino associado ao cuidado e proteção legitima a dominação e a submissão da mulher, que se dá como o outro, fraco e inferior. A naturalização do papel masculino é ainda mais violenta, pois sua contestação ainda é um movimento recente e vem ganhando destaque lentamente. Para Vitor, de 23 anos ex-aluno da engenharia mecânica: *"O papel do homem na família é ser o provedor das necessidades básicas de todas as pessoas que compõe a família. Necessidade não só meramente materiais, mas em todos os âmbitos, como segurança emocional e física, proteção e abrigo. E sim, concordo".*

A palavra proteção se encontra em 26,32% das respostas dos entrevistados, assim como provedor sem 10,53%, e honra, e 5,26%. O masculino, completo e original então se cristaliza na concepção de família como o que cuida, protege, gera e sustenta a casa. Assim a casa, como lugar naturalizado a mulher, e o homem, o provedor, as simbologias que cercam os papéis de gênero são legitimadas de diversas formas pela instituição familiar.

3.2 A ESCOLA E A DISCIPLINAÇÃO DOS CORPOS

A escola aparece na vida do sujeito durante sua fase de formação mais importante, a infância. A idade escolar se inicia aproximadamente aos 6 anos e é nessa fase que a criança está se descobrindo como sujeito e suas subjetividades estão sendo formadas, e é também nessa fase que se inicia o processo disciplinar. A escola como um espaço de construção dos sujeitos e disputas exerce um papel fundamental na produção dos sujeitos generificados. Como espaço de aprendizagem e socialização, onde na modernidade os indivíduos passam até ¼ da infância e adolescência a escola é a principal instituição de fixação e alienação dos sujeitos a norma patriarcal dominante. Louro (1997) explica que a escola delimita espaços, e a partir de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode ou não realizar, separando e instituindo.

A autora complementa seu pensamento afirmando que a escola exerce o poder de informar o lugar dos sujeitos, de meninos e meninas, reproduz os modelos nos corpos, Louro (1997) em sua concepção conclui reforçando que as marcas, símbolos e até os arranjos arquitetônicos do espaço da escola institui sentido construindo os distintos sujeitos.

O ambiente escolar complementa os ensinamentos da casa, da família e da igreja. É nos espaços de ensino que as identidades tradicionais são reforçadas, os sujeitos classificados, divididos e as marcas de gêneros corporificadas. A partir do pensamento de Louro (2012) entende-se que os dispositivos de poder atuam sobre o ambiente escolar delimitando e determinando as relações entre corpos e espaços a partir da perspectiva identitária.

Dessa forma, as marcas de gênero são estabelecidas nos espaços institucionalizados ocupados por crianças e adolescentes, seja em casa ou na escola, meninas são persuadidas a brincarem de boneca e “casinha”, onde o papel de

mãe/esposa, é transmitido simbolicamente de forma que se absorva comportamentos domesticados e sempre associado ao cuidado por parte das meninas.

Enquanto isso, os meninos passam também pela sua construção, seguindo o caminho oposto ao das meninas, eles são ensinados a brincar de carrinho, suas mentes são estimuladas a construir, montar e desmontar, praticar esportes, etc. A escola estimula os diferentes atores a desenvolver habilidades estritamente associadas aos papéis de gênero. Louro (2012) complementa seu pensamento afirmando ser na escola que os gestos e movimentos sentidos são produzidos e incorporados por meninos e meninas, tornando parte de seus corpos.

A reprodução das identidades de gênero é imposta e legitimada a todo momento na formação do sujeito. Na adolescência, as meninas passam por um processo onde a performance da feminilidade se torna um fardo violento sobre seus corpos. Ao apontar as primeiras mudanças, as mulheres são submetidas a uma pressão baseada em regras tradicionais que impõe um modelo a seguir.

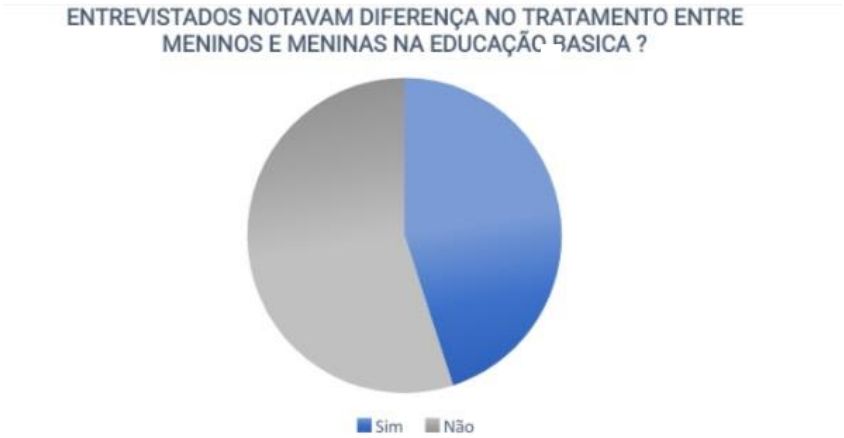
Esse modelo se fundamenta no modelo patriarcal de diferenciação em que o masculino e o feminino só podem ser opostos. Os meninos passam pelo processo de diferenciação, em que se afastam de tudo que representa o feminino para que sua identidade seja legitimada. Na adolescência, o conflito entre se aproximar para autenticar sua virilidade, mas manter uma distância segura para não se parecer e ser associado ao feminino, se torna uma forma de violência simbólica para o psíquico masculino.

Durante a formulação das questões a serem inseridas nos questionários, entender sobre os processos de formação presente durante a época escolar, que perpassa por momentos importantes da formação dos sujeitos, questionamos os entrevistados sobre se na educação básica, notavam diferenças no tratamento entre meninos e meninas? Das respostas obtidas, 55% das meninas notavam a diferença. No caso dos meninos, 45,11%.

FIGURA 2 – GRÁFICO 2

Fonte: Leticia G. Marques (2021).

FIGURA 3 – GRÁFICO 3



Fonte: Leticia G. Marques (2021).

Durante a adolescência que o conflito entre a identidade e os corpos se desenvolve de forma mais marcante, e é também nessa fase que começamos a notar de forma mais nítida a diferença de tratamento entre meninos e meninas. Ao questionar os entrevistados sobre se notavam a essa diferença, Diana aluna da engenharia mecânica de 20 anos relata: *“mais na questão de como se comportar, que tem que sentar igual mocinha”*.

São nas primeiras transformações do corpo que observamos efetivamente as ferramentas de dominação. Começa a ser exigido e esperado de nós uma

corporeidade e uma aparência que evidencia a feminilidade esperada, a forma de sentar, nosso olhar, a escolha das roupas e acessórios, tudo isso marca o que se espera do feminino. A exigência do sutiã, da saia ou do vestido marca o início da sexualização menina e a transição para o que se espera da mulher, além do uso da maquiagem, que diante o padrão de beleza existente e a pressão estética, exprime nossos corpos as formas mais genuínas de reprodução da feminilidade.

Através da fala do aluno da engenharia elétrica, Leonardo de 24 anos, percebe se que os papéis de gênero que associam as mulheres a casa e ao casamento ainda está presente nas estruturas sociais. O aluno relata que *"alguns professores subestimavam as meninas, como se não valessem a pena que elas estudassem".* Por muito tempo, as mulheres foram impedidas de frequentar instituições educacionais, pois, segundo a lógica patriarcal, isso as atrapalhavam a cuidar da casa e da família, além de as masculinizar.

As diferenciações entre meninos e maninas, normalmente se tornam visíveis após a compreensão de opressões sofridas pelo sujeito, na entrevista de Thalia observa se que *"quando criança não tinha maturidade necessária para entender o que acontecia"*, na infância tudo que é imposto a nós se torna norma, mas *"já na adolescência, apanhei de um namorado e a professora disse que dei motivo, foi aí que percebi o quanto o tratamento diferia".* Ao sofrer as primeiras formas de violência as mulheres geram em si formas de autopunição a seus corpos, onde a culpa pelos atos sofridos cria mecanismos de autoproteção. A culpa se torna durante toda trajetória da mulher uma marca de sua identidade.

As *"marcas de gênero"* são transmitidas e reforçadas nos espaços e nas trocas sociais. Ao transitar por lugares estruturados seguindo as velhas normas culturais, os sujeitos sofrem, de diferentes formas os impactos dessas marcas. Louro (2012) explica que sob novas formas a escola continua imprimindo sua "marca distintiva" em que as meninas são constantemente oprimidas e silenciadas, e isso percorre da afirmação da performance feminina as questões de habilidades e capacidades de exercer certas funções.

Os espaços majoritariamente masculinos julgam os corpos femininos e os definem seguindo a lógica dos estereótipos. As espacialidades conseguem delimitar papéis, silenciar e moldar as mulheres, discursos como "*ou é bonita, ou inteligente"* marcam o subconsciente feminino de forma que suas habilidades e seu intelecto são colocados a prova. Algumas mulheres, para serem aceitas muitas vezes mascaram

sua verdadeira identidade buscando se encaixar e dessa forma reproduzem as atitudes esperadas.

Os papéis atribuídos e esperados dos sujeitos os acompanham por toda vida, o aluno da engenharia elétrica, Marcelo de 24 anos apresenta em sua fala: *"entre elas (as diferenças do tratamento) existia a ideia de curso superior de homem e curso superior de mulher".* Discursos como esses, são legitimados pelo sistema e perseguem as mulheres durante toda a vida de forma que, ao entrar nesses cursos considerados "masculinos" são atacadas e excluídas.

Os espaços negados as mulheres, em que nossos corpos são vistos como estranhos tende a nos oprimir e nos limitar, seguindo uma lógica de poder que hierarquiza os homens em relação às mulheres. Louro (2012) nos mostra que através das instituições e práticas, reproduzidas espacialmente, essas concepções generificadas são aprendidas e interiorizadas, fazendo com que essas práticas nos diversos espaços se tornam quase "naturais" (ainda que sejam fatos culturais).

As múltiplas espacialidades são resultadas de práticas reguladoras e impostas pelos mecanismos de poder, que tem no patriarcado sua maior força. Silva (2009) explica que cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente. Ao adentrar tais espaços regulados e dominados, os diferentes sujeitos sentem seus corpos como um corpo estranho combatido e sofre diversas tentativas de expulsão.

4 DA UNIVERSIDADE À UNIVERSALIDADE: O ESPAÇO VISTO A PARTIR DE NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Ao longo do trabalho buscamos compreender como as espacialidades foram moldadas a partir de perspectivas hegemônicas, hierarquizando as relações e naturalizando comportamentos segundo generificação dos corpos. Espaços como o da casa e a escola representaram importantes instrumentos ideológicos capazes de interiorizar elementos que em diversos momentos inferiorizaram os corpos femininos.

Visando ampliar o debate e atingir os objetivos propostos no início do trabalho, no presente capítulo buscaremos compreender como esses corpos subalternizados são estigmatizados em espaços considerados masculinos. Compreender as marcas produzidas nos cursos de Engenharia representa um importante passo para construirmos uma universidade mais justa e mais plural.

Dessa forma, faz-se necessário pensarmos os cursos supracitados a partir de falas femininas, uma vez que a partir de suas vivências traremos a luz um rico e amplo debate que proporcionará a construção do espaço a partir de narrativas desconsideradas ou até mesmo invisibilizada ao longo do tempo. Temos a convicção que o trabalho em tela constitui um pequeno passo para a geografia, mas um importante passo para as mulheres do curso de Engenharia que cotidianamente sonham com a construção de uma universidade mais universal, mais rica e mais democrática.

4.1 A DOMINAÇÃO MASCULINA E A PRESENÇA DAS MULHERES NOS CURSOS DE ENGENHARIA

Os sujeitos que transitam nas diversas espacialidades deixam nelas suas marcas, esse processo de troca onde os espaços são construídos, condicionam ou não uma renovação das dinâmicas da ordem espacial. A partir das estruturas, muitos lugares seguem ainda uma norma tradicional, rígida, que limitam os corpos que por lá transitam, dessa forma impedem que a renovação os alcance e continuam presos as velhas estruturas.

A ordem estabelecida é nociva aos sujeitos em diversas escalas, os sujeitos considerados diferentes são violentados de forma simbólica e material, e tais espacialidades se torna uma ferramenta de opressão. Assim os “corpos estranhos” além de não se sentir pertencente são estigmatizados e ao ocupar certos espaços se tornam um fardo. É de caráter urgente repensar os espaços e as normas reproduzidas para que uma mudança efetiva ocorra.

As geografias feministas partem da ideia de uma epistemologia baseada na perspectiva e na vivência das mulheres é essencial para construir um verdadeiro pensamento crítico feminista. Silva (2009) explica que pela ótica feminista e envolvendo as concepções de gênero enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, se permite as análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variem conforme os diferentes espaços e escalas.

Essa nova forma de se fazer geografia vem consolidando uma ciência geográfica que se baseia nas múltiplas realidades das mulheres, de forma que essas pudessem ser espacializadas constatando como os espaços criados e dominados por

homens podem ser nocivos e que os mesmos são causa da opressão sofrida pelas mulheres.

É importante colocar em evidências as multiplicidades do sujeito mulher. Ser mulher não é uma identidade fixa, é algo adquirido e moldado conforme as intersecções de raça, sexualidade e classe, além da influência cultural. Os esforços das mulheres negras e de cor para desconstruir a categoria “mulher”, segundo hooks (2013) é uma luta constante. A insistência em reconhecer que sexo não é mais o único fator que determina as construções da feminilidade – foi uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda no pensamento feminista e realmente questionou e perturbou a teoria feminista hegemônica produzida principalmente por acadêmicas brancas em sua maioria.

A universidade[5] é no dicionário definido como *“a qualidade do que é universal”*. Um espaço que definido como universal, nos dá ideia de um lugar que ocorre a livre circulação de diferentes sujeitos. Porém, a ciências se consolidaram baseadas em uma visão masculinizada do mundo, em que os sujeitos femininos foram por muito tempo impedidos de construir uma epistemologia heterogênea a partir das diferentes realidades. Assim, a universidade se tornou um lugar, que desde sua gênese, foi dominada pelo masculino que se fixou em suas estruturas. Entramos então em tal universo e logo nos deparamos com uma realidade completamente diferente da esperada, o lugar que deveria acolher a diversidade se apresenta ao contrário das expectativas e ainda se encontra subordinado as velhas estruturas de gênero e poder. Gênero não é uma verdade ontologia, e a partir do pensamento de Butler (2003) se dá como uma ficção social, uma criação performativa, de forma que os sujeitos se constroem a partir de múltiplas identidades.

Se espera então que as perspectivas de gênero a partir da noção de papéis cristalizados nos sujeitos, tendem a se desagregar das velhas norma performativas. Em alguns lugares desse espaço que se estabelece a universidade, as multiplicidades dos sujeitos que se materializam em corporeidades e formas que efetivam a nova face desse novo universo. Ainda assim, muitas espacialidades se encontram presas a um tempo em que as velhas normas ainda são presentes, de forma que tais lugares continuam reproduzindo aspectos antiquados herdados do sistema tradicional.

---

[5] Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: https: https://www.dicio.com.br/universidade/ . Acesso em: 23 de maio de 2021.

Os conflitos entre o velho e o novo no campo científico, segundo apresenta Gomes (1996) faz parte de disputas paradigmáticas que buscam explicar determinados fenômenos. O espaço, como objeto de estudo da ciência geográfica, se apresenta como local de disputas onde os indivíduos os transformam na mesma intensidade em que por ele é transformado, visto que ambos estão em constante transformações e os sujeitos sempre exercendo laços a partir de trocas.

Alguns espaços ainda reproduzem em suas estruturas normas tradicionais a partir da perspectiva patriarcal, isso faz com que tais lugares se tornem impenetráveis o que impede que as mudanças cheguem. Os espaços se materializam a partir de subjetividades e neles os sujeitos e suas relações com o mundo se originam. O espaço é uma dimensão implícita, afirma Massey (2008), e como tal, molda nossas cosmologias estruturantes. A autora afirma que ele possui a capacidade de moldar nosso entendimento do mundo, nossas atitudes frente aos outros e até nossa política.

As espacialidades possuem grande poder de moldar os sujeitos que por lá transitam. Resultado de acumulações desiguais de espaço e tempo estruturado a partir de normas e tradições, tais lugares fazem com que os corpos lidos como diferentes sejam rejeitados. Efetiva se então diversas formas de violência que agridem os corpos estranhos e tentam os expulsar do templo da normalidade. Em tais espaços, as mulheres têm suas vozes silenciadas e sua presença ocultada.

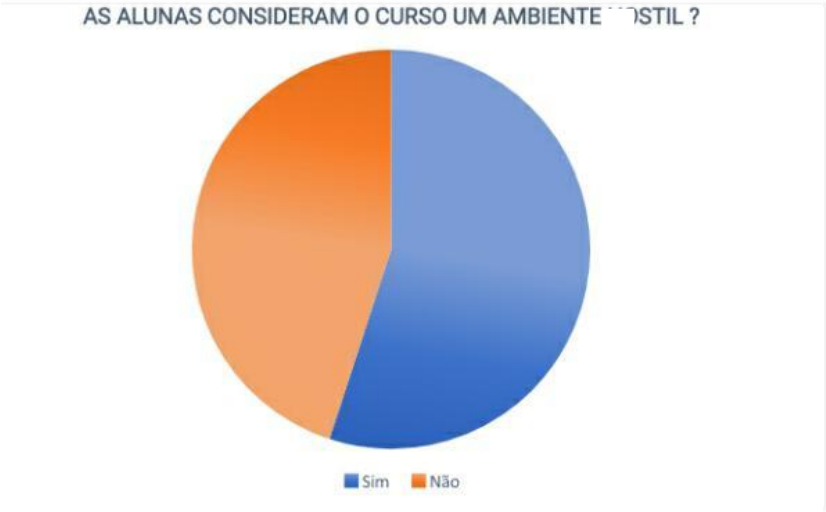
A estrutura patriarcal sempre se apresenta diante de nós, como uma sombra, que nos persegue às vezes explicitamente, outras escondidas por trás de símbolos intelectuais. Para as mulheres, estar presente em certos espaços é um constante obstáculo, a todo momento novos mecanismos patriarcais surgem para questionar e desafiar a presença feminina resultando em diversas formas de violência.

A partir dos diálogos com os estudantes de engenharia, se percebe as contradições em que se constrói as dinâmicas espaciais. É possível observar como a construção de gênero e a noção de pertencimento e violência são sentidas por cada grupo generificado, e que os padrões normativos ainda beneficiam a ideia de um sobre o outro de forma que os sujeitos tenham diferenças visões e vivências de um mesmo espaço.

Para obter os dados foram entrevistadas 20 meninas e 16 meninos. Dentre eles as contradições acerca da experiência no espaço do curso de engenharia são colossais. Cerca de 55,6% das meninas consideram o curso um ambiente hostil para

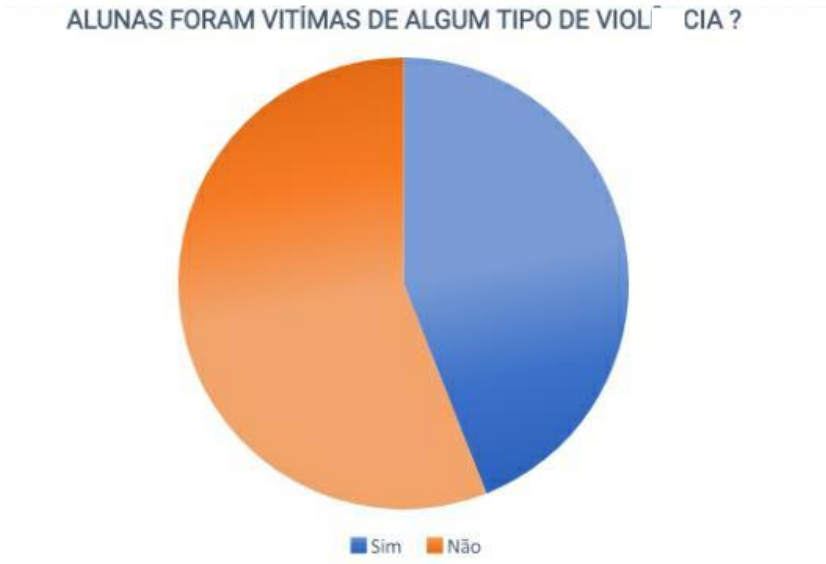
mulheres e 44% afirmam que já foram vítimas de diversas categorias de violência, sendo elas vindas de alunos e docentes.

FIGURA 4 – GRÁFICO 4



Fonte: Leticia G Marques (2021).

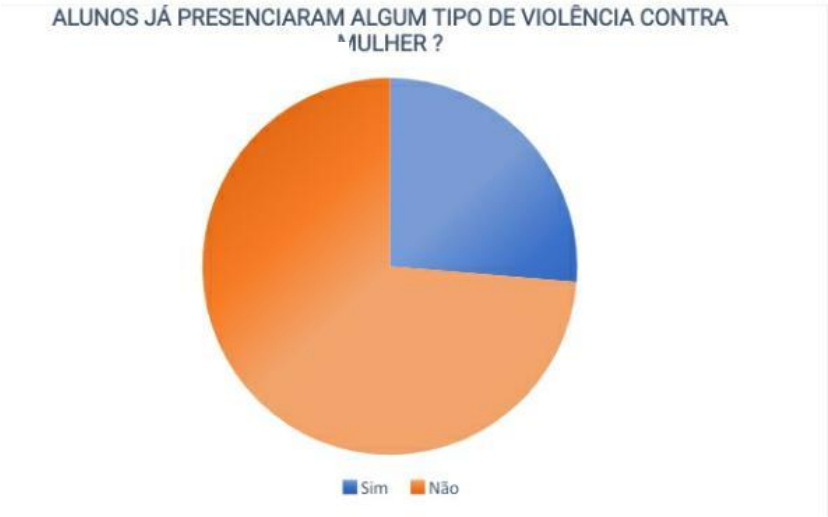
FIGURA 5 – GRÁFICO 5



Fonte: Leticia G Marques (2021).

Entender a oposição entre hostilidade e violência na visão das estudantes nos faz observar o quão estruturado e naturalizado se encontram as diferentes categorias de agressões. Os dados se tornam ainda mais assustadores quando passado a vê-los pela perspectiva dos homens, em que 73,68% dos alunos afirmam que nunca presenciaram nenhum episódio de violência contra a mulher. Os diferentes dispositivos de poder, fazem das agressões elementos tão naturais que muitas vezes as tornam legitimas no imaginário de muitos, afinal *"essa é a vontade do deus pai"*.

FIGURA 6 – GRÁFICO 6



Fonte: Leticia G Marques (2021).

Assim enquanto quase 80% dos alunos afirmam nunca terem presenciado nenhum tipo de violência contra mulher, cerca de 45% das alunas já foram violentadas de alguma forma. Os dados nos levam a pensar sobre qual a visão masculina acerca do significado da violência e como é a percepção da mulher sobre a realidade experimentada onde a naturalização de atos e discursos fazem com que certas agressões passem despercebidas.

Segundo a definição do dicionário de Oxford hostil é algo agressivo e ameaçador. O machismo resultado do sistema patriarcal é uma ferramenta efetiva para a opressão e dominação das mulheres nas espacialidades hegemonicamente masculinas. Essa força oriunda da misoginia é evidenciada quando 70% das alunas das engenharias consideram os alunos machistas, o que coloca em questão os efeitos das constantes ameaças na vida e na permanência das mulheres nesses espaços.

A situação é ainda mais preocupante quando colocamos em comparação os resultados obtidos ao questionar aos homens se eles se consideravam machistas e aproximadamente 73,68% afirmar que não se consideram. Bourdieu (2019) explica que a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação, assim, se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visam legitima-la. Dessa forma a machismo, produzido e reproduzido nas relações sociais de formas despercebidas pelos sujeitos, e se torna fixo nas estruturas identitárias.

As múltiplas formas de violência legitimadas pela força hegemônica masculina ocorrem de diversas formas, Bourdieu (2019) as descreve como violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instancia, do sentimento.

Questionamos as entrevistas sobre já terem sido vítima de algum tipo de violência (física/moral/sexual), diversos relatos foram apresentados. Aura de 21 anos e aluna da engenharia elétrica nos conta: *"Já tive muitas situações em que ouvi piadinhas pela roupa curta que usava, um pré-julgamento de incapacidade de realizar alguma tarefa, exemplos escrotos citados por professores como se referir a você como só um rostinho bonito"*.

Ao ocupar espaços dominados por homens, as mulheres têm sua capacidade questionada a todo momento. Além disso, várias formas de ataques são usadas para enfraquecer e desestabilizar a presença e a força feminina. Wolf (1992) diz que ao atribuir valor as mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir antinaturalmente por recursos dos quais os homens se apropriaram.

O estigma que associa o feminino a partir da beleza surge como uma ferramenta capaz de fixar ainda mais as noções de papéis de gênero, a mulher considerada bonita segundo a norma dos padrões estéticos é sempre destacada. A construção ao redor de uma nova forma de opressão a partir do "mito da beleza" cria um obstáculo na libertação das mulheres em que sua aparência é a todo momento analisada e usada como métrica para hierarquizar os corpos femininos.

A aluna Flora, nos conta que *"já escutei: mulher na engenharia ou é lésbica, ou é feia ou desiste do curso. Sempre que me perguntam que curso faço, a resposta é seguida de surpresa e frases como você tem cara de quem faria moda, trabalharia com maquiagem."* Segundo a norma, a mulher considerada "bonita" deve exercer funções em que sua beleza é colocada em primeiro plano e transformada em um objeto de exploração. Para Wolf (1992) o mito da beleza é uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens de beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher.

Mesmo com todas as conquistas relacionadas a libertação das mulheres em diversos espaços, o estigma feminino ainda é uma forma de questionar a presença feminina e suas habilidades de exercer funções naturalizadas como masculinas. A identidade masculina associada a virilidade e força que cria no imaginário social a noção de *"coisas de homem"* faz com que 63,16% dos alunos entrevistados se sintam privilegiados por serem homens.

O privilégio masculino os concede muitas vezes o poder de ao violentar as mulheres moralmente suas ações sejam legitimadas pela ideia da natureza do macho, fazendo com que os corpos masculinos que ocupam tais espacialidades agridam o outro sem punição. Segundo Bourdieu (2019) a força particular da sociodiceia masculina vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, no que lhe concerne, ela própria, uma construção social naturalizada.

Ao ocupar espaços masculinizados o corpo feminino se torna alvo fácil, muitos homens, professores e alunos, se sentem confortáveis em expressar seus pensamentos machistas e suas ações prejudicam a permanência das mulheres em tais lugares. A reprodução da violência acontece em todos os níveis hierárquicos da universidade, e por vim de professores, muitas vezes abre uma premissa a legitimação dessas formas de violência e os alunos se sentem ainda mais à vontade para continuar a reproduzir.

Ser mulher nos cursos de engenharia é uma batalha, diariamente as alunas têm que se provar capazes e se afirmarem merecedoras de pertencerem a essa espacialidade. Ao indagarmos as alunas sobre se sentirem prejudicadas nos cursos de engenharia 55% das meninas afirmam que se sentem. Nos relatos, foi observado que as respostas possuem traços similares. Aura aluna da engenharia elétrica de 21

anos afirma que *“o curso é ainda muito machista, pouquíssimas mulheres no ramo e muitos professores também agem com desdém e nos desvalorizam”.*

A falta de representações femininas no corpo docente torna ainda mais difícil uma mudança efetiva, a dominação masculina em cargos de poder cria uma forma de violência simbólica quase que imperceptível. As mulheres são historicamente silenciadas por homens no poder, além disso, nossas reivindicações raramente são levadas a sério pelo fato da maioria ainda está conectadas as tradições patriarcais.

Nós mulheres crescemos cercada de machismos e violências a todo momento, por isso criamos um “instinto” de auto proteção que nos dá um escudo de sobrevivência básica em certos espaços. A aluna Gaia de 18 anos aluna da engenharia elétrica comenta *“o curso é basicamente dominado por homens, tanto os alunos quanto os professores são em sua maioria homens. As vezes sinto que não tenho tanto espaço no curso.”*

O espaço da universidade por muitas vezes reproduz aspectos do espaço da rua, onde a todo momento somos bombardeadas com olhares, chamadas por diversos nomes e assediadas de várias formas por homens criados para achar que tem algum direito sobre nosso corpo. Tais atos são normalizados de forma que crescemos ouvindo que *“homem é assim mesmo, apenas ignore”*. O machismo normalizado fixa ao masculino uma identidade associada ao poder, em que atos violentos e de assédios são legitimados e vistos como naturais do homem.

Os traumas e medos causados pelas violências sofridas faz com que sempre repensamos e questionamos nossa presença em diversas espacialidades. O sentimento de não pertencimento nos impede de frequentar, de falar e de permanecer. Ao adentrar as várias espacialidades dominadas por homens, aceitamos tacitamente os riscos que elas nos oferecem. Bourdieu (2019) decorre sobre como as relações de dominação de um sobre o outro não são vistas como um problema pelos homens. Para o autor:

> A ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetua-se depois de tudo tão facilmente, e que em condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo naturais. (BOURDIEU, 2019, p.12)

A banalização das diversas formas de violência que ocorre nos espaços masculinizados faz com que ao ocuparmos tais lugares a hostilidade reproduzida

pelos homens se torne parte da estrutura. Ao questionarmos a visão das alunas sobre a violência nos cursos de engenharia, Freya aluna do curso de engenharia elétrica de 18 anos relata como *“algo normalizado, não é levado com a seriedade que deveria”.*

4.2 A CONTRADIÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA UNIVERSIDADE

A construção espacial da universidade se apresenta como um universo, esse, depende das diferenças e subjetividades para que seu arranjo seja habitável e harmônico para todos. Inicialmente as escolas especializadas da antiguidade que deram origem as universidades que conhecemos, eram um privilégio masculino e como tal foram construídas carregadas de simbologias que destacavam seu poder sobre o outro. O prédio escolar segundo Louro (2012) informa a todos sua razão de existir, suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos que “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem destinos e sujeitos.

Os corpos femininos depois de algum tempo obtiveram permissão para ocupar o espaço da universidade, porem com algumas restrições. Os papéis de gênero criaram no imaginário a ideia de “dons naturais” que permitiram as meninas frequentarem cursos que explorasse sua vocação associada ao cuidado. Assim, a ocupação feminina em diversas espacialidades seguia um padrão estrutural que valorizava os papeis, as limitavam e legitimava ainda mais a dominação masculina.

A ocupação dos espaços não foi o suficiente para alterar as dinâmicas espaciais baseadas na estrutura patriarcal que determinava papéis a partir dos dispositivos de poder. A distinção entre mulheres e homens, fixou o feminino ainda mais nas estruturas que definiram os papéis de gênero, assim o feminino continuou a ocupar espaços confinados. Nas diversas espacialidades que seus corpos ocupavam, as mulheres continuaram a não serem aceitas e violentadas.

Os espaços estruturados segundo a lógica hegemônica masculina e patriarcal, ainda hoje mantém seus espaços fechados. Muitas instituições ainda mantêm em suas estruturas fortes ligações com aspectos que buscam a todo momento manter uma lógica dominante. As estruturas que tentam se perpetuar e Massey (2008) explica que isso se dá, pois, ao abordar os “refúgios no lugar” que representam a proteção de pontes levadiças e a construção de muralhas contra as novas invasões, observamos os cursos de engenharia como um refúgio politicamente conservado através de um

essencialismo. Tais refúgios são criados pelas formas de poder que buscam impedir que o espaço alcance o tempo.

A ideia de espaço imutável se apresenta como suporte para legitimar as relações de poder que teoricamente não poderiam ser desfeitas. Segundo Massey (2008) essa cosmologia de única narrativa oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço e reduz coexistências simultâneas a um lugar da fila da história. Uma necessidade de reformular as ideias que embasavam o saber geográfico surge, a demanda é que as múltiplas narrativas possam ser representadas e os espaços se tornem cada vez mais democráticos e plurais.

Lutamos por uma universidade marcada pela diversidade, pela multiplicidade, pelas contradições que se completam, dado que esse espaço é marcado pela presença de sujeitos heterogêneos, com diferentes trajetórias e narrativas, produtores de conhecimentos diversos que em constante trânsito dão continuidade aos processos de troca. A universidade como espaço da diversidade, é entendida como um produto das inter-relações, e construída através de interações, como aponta Massey (2008) desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.

As relações sociais que constroem as dinâmicas no espaço, devem ser observadas a partir de múltiplos olhares, demostrando que através de diferentes olhares são construídas narrativas que possibilitam a compreensão mais ampla do processo de formação espacial. O espaço visto a partir de diversos sujeitos, ou o espaço relacional, se consolida pelos fluxos que ocorrem nele, formado pelas multiplicidades dos corpos e suas trajetórias.

Os cursos de engenharia com seu viés masculino, constroem espaços hegemônicos e, de forma dialética, a formação dos indivíduos é influenciada. A temporalidade desse espaço se mantém fixa pela manutenção através de um viés hegemônico. A partir desses elementos, é importante construir o espaço dos cursos de engenharia a partir de outras narrativas, buscando abarcar a presença de mulheres na construção e no desenvolvimento dos espaços.

As mulheres são múltiplas, e devem ser consideras no processo de construção espacial a partir das suas muitas formas, e seu protagonismo dever ser dado de forma que possibilite a construção espacial a partir de inúmeras narrativas. Assim, recorrendo novamente a Massey (2008), conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado, são modos de subjuga-lo, pois a fazermos isso, ignoramos sua verdadeira relevância: as

multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade especializada.

Trazer os cursos de engenharia para o espaço-tempo em que nos encontramos é uma forma de fazer com que os múltiplos sujeitos que os ocupam também se tornem parte de sua história, por isso a urgência de repensar os diversos espaços, em destaque ao da universidade. Conhecer a visão das múltiplas mulheres sobre esses espaços é essencial para reconstruirmos espacialidades democráticas e plurais, as desconectando totalmente das heranças das relações patriarcais dominantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de gênero vem ganhando destaque nos estudos sociais nos últimos anos. Definido como uma imitação persistente o gênero é uma das subjetividades que constrói os sujeitos. Inicialmente foi desatrelado e estudado separadamente buscando uma compreensão mais profunda das relações de poder sustentadas por ele.

O ser mulher teve que primeiro ser criado, todos os aspectos que determinam a identidade foram pensados para que justificasse uma dominação e o poder masculino. Em contrapartida, a identidade masculina também passou por um processo de formação em que o homem, seu poder, força e liderança se tornassem atributos naturais e inseparável do sexo. Essa dominação foi construída simbolicamente e materializada nos diversos espaços.

Desenvolver um trabalho a partir das perspectivas dos estudantes das diversas engenharias, e baseadas em uma demanda que surgiu a partir dos incontáveis relatos de violências que se materializavam de diferentes formas no espaço da universidade nos conduziu a uma reflexão sobre quais caminhos seguir com os resultados obtidos.

Visando um diálogo amplo, se espera trocas com os centros acadêmicos dos cursos para que o espaço se torne mais rico, plural e democrático, visto que através dos discursos dos alunos, constatamos o quanto o pensamento dominante ainda está presente na mente dos alunos e alunas de forma que por muitas vezes as violências não são percebidas como tal. Além disso, as mulheres sofrem constantemente ataques legitimados por ideias arcaicas de papéis de gênero e suas habilidades são deslegitimadas perante aos homens.

Em março de 2021 foi apresentado os resultados obtidos nessa pesquisa em uma disciplina do curso de engenharia Mecânica nominada *“Mulheres na Engenharia”,* a apresentação possibilitou trocas e serviu como início da disseminação dos dados aos alunos e as possibilidades de aberturas para diálogos mais efetivos. Assim, em maio ocorreu o encontro com o projeto IEEE WIE – UFSJ, um projeto de extensão de mulheres na engenharia que busca a construção de uma rede de apoio e trocas entre as mulheres do curso.

Ao evidenciarmos a construção de um padrão identitário, reconhece que não existe uma única forma de ser mulher ou homem, e que essa ideia de sujeitos binários, opostos e únicos é uma forma essencialista de definir os múltiplos sujeitos e ultrapassada. Ao pensarmos a hegemonia presente nas narrativas, destaca se o poder dos aparelhos ideológicos construídos socialmente como a casa, a família, a escola e a religião, que deterministamente caracterizam os indivíduos, suas ações e corporeidades a partir de um policiamento comportamental que a partir de normas e regras, cristalizam os papéis sociais de gênero e as narrativas espaciais.

Ao realizarmos as entrevistas com mulheres e homens que frequentam os cursos de Engenharia, foi muito perceptível o quanto a universidade ainda se reproduz como espaço hierárquico e generificados. O silenciamento imposto as mulheres ainda ocorrem em um espaço que deveria ser plural, as violências são produzidas por professores, alunos e o espaço possui marcas bastante presentes de forma que afeta a corporeidade das alunas e sua forma de ser no espaço.

A perspectiva de “deus pai” é reproduzida e as hierarquias da modernidade servem de suporte às ideias tradicionais que consolidou o espaço da universidade a partir de narrativas generificadas, desprezando, invisibilizando e muitas vezes excluído as narrativas consideradas secundarias. Ao ouvir nossos interlocutores, traçaremos um processo de construção espacial a partir da concepção de Outricidade de discursos que, temporalmente, foram ocultados e excluídos dos processos de construção espacial.

Debater sobre o processo de legitimação dos discursos e questionar sua reprodução de forma que as normas que abarcam os processos sociais e os movem sejam contestados. Os discursos masculinizados hegemônicos que formaram os espaços das engenharias devem ser revistos e questionados de forma que todos os sujeitos que transitem o espaço da universidade possam fazer parte dos processos de construção espacial, promovendo diálogos democráticos e ricos.

Buscaremos cada vez mais debates com os diversos movimentos estudantis de representação geral como os centros acadêmicos, os projetos de extensão e os coletivos feministas. Acredito que o debate e o diálogo é a forma mais efetiva das “práxis” cujo objetivo é romper com as heranças do patriarcado, com os pensamentos que limitem e individualizem os sujeitos. Toda luta é uma luta coletiva, assim, juntos podemos construir novos espaços.

6 REFERÊNCIAS

BANDINTER, Elisabeth**. Um é o Outro: Relação entre Homens e Mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986;

BANDINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993;

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980;

BORIS, Georges Daniel Janja B. Fala dos homens: **A construção da subjetividade masculina.** São Paulo, Annablume, 2011;

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A Condição Feminina e a Violência Simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2019;

BUTLER, Judith**. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: **Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987;

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017;

FEDERICI, SILVA**. O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo. Elefante, 2019;

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988;

_____. **As Palavras e as Coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002;

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996;

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000;

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade.** São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013;

hooks. Bell. **O feminismo é pra todo mundo: politicas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. 14. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012;

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade.** Trad. Rogério Hasbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008;

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: AnnaBlume, 2009;

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004;

SICUTERI, Roberto**. Lilith: A Lua Negra**. São Paulo: Paz e Terra, 1998;

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: Discurso sobre Espaço, Gênero e Sexualidades.** Ponta Grossa (PR): Toda Palavra, 2009;

SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 13. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013;

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: Como as Imagens de Beleza são Usadas Contra as Mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.